

**A FILOSOFIA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA A PROMOÇÃO DO
COOPERATIVISMO NA ARGENTINA (2003-2007):
LIÇÕES PRELIMINARES¹**

Henrique T. Novaes (Doutorando em Política Científica e Tecnológica –Unicamp) hetanov@yahoo.com.br

Milena Serafim (Mestranda em Política Científica e Tecnológica – Unicamp) milenaserafim@gmail.com

Renato Dagnino (Professor Titular – Unicamp) rdagnino@ige.unicamp.br

Resumo

Este artigo faz parte da segunda etapa de uma pesquisa por nós iniciada com o objetivo de analisar e contrastar as políticas públicas para a promoção do cooperativismo na Venezuela, Argentina, Brasil e Uruguai. Trabalhamos com a hipótese de que há uma diferença qualitativa entre as propostas dos Governos de Chávez, Kirchner, Lula e Tabaré Vasquez. Defendemos a idéia de que a proposta cooperativista de Kirchner poderia ser classificada como sendo de contenção ao desemprego em massa, principalmente ao dar uma resposta parcial à crise de 2001. A outra hipótese que trabalhamos, e aqui parece que é um fator comum a todos estes países, tem a ver com a não-neutralidade da Ciência & Tecnologia (C&T) e se materializaria na idéia de que a baixa ou nula interação entre a Política de Geração de Trabalho e Renda (PGTR) com a Política Científica e Tecnológica (PCT) dificulta a sustentabilidade de políticas emancipatórias. No nosso entendimento, se a política de promoção do cooperativismo não contiver, como um dos seus componentes ou pressupostos essenciais, uma nova base cognitiva-tecnológica, ela será limitada e pouco eficaz. Dentre as conclusões parciais, verificamos que as demandas tecnológicas na Argentina surgiram mais ao acaso, em função das demandas das cooperativas, ou da conscientização de alguns dirigentes políticos, do que por uma política pública e uma visão sofisticada concebida a priori pelos organismos governamentais.

Palavras-chave: Argentina; Nestor Kirchner; Política de Geração de Trabalho e Renda; Política Científica e Tecnológica; Cooperativismo, Neutralidade

¹ Agradecemos imensamente as entrevistas e as sugestões de Alejandra Piermarini, Anna Daga, Ana Maria Fernandez, Andrés Ruggeri, Carlos Martinez, Emilio Pauselli, Enrique Martinez, Florência Garfinkel, Gabriel Fajn, Guillermo Martini, Hector González, Hernan Thomas, Janine Schonwald, Julio Elverdin, Luciana Piccirillo, Ricardo Ferraro, Noemi Zuazua, Oscar Galante, Roberto Cittadini, Sara Rietti, Susana Hintze, Vanessa Marazzi, os trabalhadores das Fábricas Recuperadas, entre outros. Nunca é demais lembrar que as interpretações aqui realizadas são de única e exclusiva responsabilidade dos autores.

1. Introdução

Este artigo dá continuidade a uma das linhas de pesquisa do Grupo de Análise de Política de Inovação (GAPI – Unicamp). Num outro artigo intitulado “A filosofia da política cooperativista na Venezuela de Hugo Chávez: lições preliminares” (Novaes e Lima Filho, 2006), relatamos o resultado, ainda preliminar da primeira etapa da pesquisa.

Ele faz parte da segunda etapa da pesquisa por nós iniciada com o objetivo de analisar e contrastar as políticas públicas para a promoção do cooperativismo na Venezuela, Argentina, Brasil e Uruguai.

Conforme afirmamos no outro artigo, trabalhamos com a hipótese de que há uma diferença *qualitativa* entre as propostas dos Governos de Chávez, Kirchner, Lula e Tabaré Vasquez, no que se refere à Política de Geração de Trabalho e Renda (PGTR). Defendemos a idéia de que a proposta cooperativista de Chávez está inserida numa visão de *desenvolvimento endógeno* enquanto que no Brasil, Argentina e Uruguai, apesar das especificidades de cada um, predomina a visão de *contenção social ao desemprego em massa* (Novaes e Lima Filho, 2006).

Como sabemos, o cooperativismo pode se *encaixar* em distintos projetos de sociedade, que vão, nos dias de hoje, de um espectro liberal-empresarial onde o cooperativismo tem se tornado *um negócio da China* (Tiriba, 2002) ao precarizar e burlar os direitos trabalhistas, passando por uma proposta intermediária de *desenvolvimento endógeno* e no outro extremo, o cooperativismo é um tema muito caro aos socialistas e anarquistas, onde o mesmo desempenharia um papel fundamental na *transição socialista*.

A outra hipótese que trabalhamos tem a ver com a não-neutralidade da C&T, uma das mais antigas linhas de pesquisa do professor Renato Dagnino. No debate promovido por nós neste artigo, se materializaria na hipótese de que a baixa ou nula interação entre a PGTR e a Política Científica e Tecnológica (PCT) dificulta a sustentabilidade de políticas emancipatórias. No nosso entendimento, se a política de promoção do cooperativismo não contiver, como um dos seus componentes ou pressupostos essenciais, uma nova base cognitiva-tecnológica que permita a emancipação das cooperativas populares, das fábricas recuperadas, etc, ela será

limitada. Como se estivéssemos *enxugando gelo*, a PGTR será pouco eficaz, aparecendo o problema novamente.

Em função da quantidade de dados já obtidos e em função das entrevistas por nós realizadas, como resultado de duas bolsas de estudo para permanecer na Argentina em 2007, já se pode aprofundar um pouco a hipótese do cooperativismo como proposta de *contenção* ao desemprego em massa e também a baixa imbricação entre as duas políticas públicas na Argentina, para o período de 2003-2007.

Como toda pesquisa, a aqui esboçada segue alguns parâmetros. O primeiro que gostaríamos de destacar tem a ver com a necessidade de conhecer profundamente a história do país, o contexto que dá origem a uma política pública. Em qualquer análise, também se deve colocar em relevo o *Estado herdado* por aqueles que fazem a política pública, no nosso caso, a política cooperativista.

O segundo refere-se à análise da correlação de forças que sobe ao poder. No caso argentino, verificar qual foi a correlação que se deu em 2003, se há *homogeneidade* ou *fragmentação*. Já podemos afirmar que há distintas facções do partido peronista que ocupam diversas alas do Estado argentino. Mais que isso, os órgãos do Estado que apóiam o cooperativismo parecem não ter uma posição de destaque. Apesar do discurso, as ações e o poder de atuação destes órgãos mostram que o cooperativismo não é prioridade na agenda de governo. Isso nos leva a crer que cabe aos pesquisadores tentar elucidar qual é a tendência, as contra-tendências e as vozes que dão a tônica de um governo.

Não acreditamos na tese de que o Estado é um *caos*, onde diferentes forças não conseguem chegar a um mesmo denominador comum. Primeiro porque o Estado nunca foi e nunca será monolítico. Mas ao mesmo tempo, não é tão *anárquico* quanto tem feito parecer os analistas de política pública na América Latina. Ainda que haja contradições no seio do Estado argentino, há uma linha mestra, um carro-chefe que dá a *última carta* ou dá a tônica no governo. Esta pode estar ou não em concordância com o que foi explicitado na agenda de governo e com o discurso. Infelizmente não poderemos nos debruçar sobre estes temas neste artigo, apesar de acreditar que os mesmos são relevantes para caracterizar os limites e as possibilidades de uma política pública.

O objetivo deste artigo é limitado e preliminar. Nossa proposta é apenas ajudar a explicitar a visão hegemônica daqueles que dão a tônica ao governo Kirchner, para depois analisar a visão dos órgãos do Estado que promovem o cooperativismo e as *mutuais*². Por último, analisaremos a hipótese por nós levantada sobre a baixa ou nula interação entre a PGTR e a PCT. Encerramos o artigo com algumas considerações finais.

2. Breve história da Argentina

A crise dos anos 1930 gerou uma ampla onda de desemprego que afetou a todos os países sem exceção. Entretanto, passada essa crise, a Argentina foi o único país da América Latina que até meados da década de 70 conseguiu manter um considerável desenvolvimento, baseado num contexto de pleno emprego, de proteção social e de estabilidade laboral³. Os níveis de integração e de coesão social estavam fortemente apoiados na presença da classe média e dos assalariados (Hintze, 2006).

Com a ditadura militar, em meados dos anos 70, o país gradativamente entrou num processo de desindustrialização, de empobrecimento, de vulnerabilidade e de exclusão social. Em 1991, o Presidente Menem adota uma política cambial suicida, de paridade um peso um dólar, abdicando da sua soberania monetária. Junto a isso, a Argentina adotou políticas de abertura comercial, privatização e desnacionalização da economia. Não é preciso nos estender sobre este tema, uma vez que eles estão bastante presentes nas nossas mentes, em função das chamadas políticas neoliberais que varreram a América Latina.

Essas políticas de ajustes estruturais, juntamente com a recessão econômica, trouxeram como consequência uma forte fragmentação social, baseada na perda de direitos sociais e no desmantelamento da estrutura salarial e trabalhista: aumento do desemprego, e do subemprego dentro outras atividades informais, da *exclusão* social, e do processo de *descoletivização*.

² Mutuais são cooperativas de prestação de serviços. Exemplo, energia elétrica, telefonia, saúde, etc.

³ “Algunos estudiosos europeos han llamado ‘sociedad salarial’” (Castel, 1995, apud Svampa; Pereyra, 2003, p. 14).

Nesse caminho, o país ao entrar no século XX se defrontou com uma das piores crises vividas na história da Argentina, a crise de 2001. A produção industrial retrocedeu significativamente. A indústria nacional foi destruída, as taxas de desemprego e subemprego chegaram a números estarrecedores. Em outubro de 2002, 54,3% da população estava abaixo da linha de pobreza. O desemprego apontou sua máxima taxa em maio de 2002 com 22% da população fora do mercado de trabalho (INDEC –2007)⁴. A Argentina, referência na América Latina como um país homogêneo, onde a classe trabalhadora *andava junto com a classe média*, a partir de 2001, passou a ter uma sociedade fortemente fragmentada, evidenciando todas as características da barbárie social.

O número de *countries* (condomínios fechados de ricos) crescia no mesmo ritmo que as villas (favelas). O Coeficiente de Gini aumentou de 0,40 nos anos 1980 para 0,55 depois da crise. Segundo Blanco (2005, p.5), a Argentina “tiene distribución de la riqueza más desigual de los últimos 30 años. Los datos, procesados a fines del año 2003, muestran que el 10% más rico de la población posee el 38,6% del ingreso nacional y gana 31 veces más que el 10 por ciento más pobre. En la década del setenta esta última relación era de solo 12 veces”. Podemos dizer que agora somos todos latino-americanos.

Além disso, se a venda de anti-depressivos é bom *termômetro* da sociedade, podemos dizer que a sociedade argentina está numa depressão profunda, enquanto que a indústria farmacêutica tem lucros espetaculares.

Sobre o Estado argentino e as reformas de *primeira* e *segunda* geração, já há um número significativo de trabalhos, sintetizados, nos artigos de Oscar Oszlak, Atilio Boron, dentre outros. A nós, só cabe destacar que a Argentina também sofreu uma destruição do aparelho estatal, para não falar dos processos de privatização e/ou saqueamento das riquezas públicas. Se no Brasil afirmamos que vivemos o Estado mínimo para o capital e o Estado máximo para o capital, principalmente o capital financeiro, guardadas algumas especificidades, o mesmo pode ser dito para a Argentina.

Os altos níveis de pobreza e miséria, agravados pela profunda desindustrialização, resultaram na *necessária* criação de instrumentos para conter tal

⁴ Alguns jornais apelidaram ironicamente o INDEC de “INDEK”, em função da enorme manobra estatísticas para camuflar a inflação, manobras estas realizadas pelo governo Kirchner neste instituto, principalmente no ano de 2007.

situação. Se até o Século XX, as respostas convencionais por parte do Estado para amenizar o desemprego *funcionavam*, o mesmo já não pode ser dito para o Século XXI. Criou-se um programa emergencial de auxílio à pobreza e ao desemprego, a fim de se fazer cumprir o inciso 22 do artigo 75 da Constituição Nacional, que trata do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas. Este programa denominado de *Jefes e Jefas de Hogar* buscou por meio da redistribuição de renda diminuir as pressões sociais e as necessidades da população.

Após dois anos de crise, em maio de 2003, Néstor Kirchner, tema da nossa próxima seção, foi eleito presidente da república com apenas 22% dos votos, após a desistência de Menem. Apesar do ligeiro sinal de recuperação econômica devido a leve recuperação da taxa de câmbio do peso frente ao dólar, da restrição do gasto público e do moderado aumento do PIB, a população ainda se deparava com as desastrosas conseqüências da barbárie social – desemprego, pobreza e fome.

3. A proposta de Kirchner: uma nova recomposição do Estado keynesiano?

Kirchner deu continuidade ao programa emergencial instituído pelo governo Duhalde, entretanto, com algumas mudanças. Elegeu como prioridade “consolidar las tareas realizadas para la inclusión social de la población más vulnerable, con eje en la persona y en la familia, como unidad decisiva para el desarrollo social y económico de nuestro país” (Decreto nº 1506/04).

Devido à escassez de tempo e de recursos, o governo elencou alguns assuntos visualizados na sua *agenda de governo*, que se converteram em políticas públicas. Sua estratégia de atuação conformou-se em quinze planos nacionais. Destes, quatro são voltados às políticas de inclusão social.

Na busca por contrapor as políticas assistencialistas e focalizadas do governo anterior, mas no fim das contas repetindo os mesmos erros da mesma, o Ministério de Desenvolvimento Social lançou o Plano de Desenvolvimento Local e Economia Social (“Manos a la obra”), o carro-chefe de Kirchner para a PPGTR. O objetivo do plano, ao menos no discurso, é o fomento do ingresso da população em situação de vulnerabilidade social, em especial os beneficiários do *jefes e jefas de hogar*, no setor

da Economia Social⁵ mediante apoio técnico e financeiro a empreendimentos produtivos de inclusão social e de fortalecer as organizações públicas e privadas, espaços e redes associativos (Ministério de Desarrollo Social, 2007). É dentro dessa política *guarda-chuva* que se encontra a política pública para a promoção do cooperativismo.

Ao analisarmos a política pública em discussão, verificamos que além do MDS, há a participação de outros organismos governamentais, como o Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridad Social (MTEySS), o Instituto Nacional de Associativismo e Economia Social (INAES), além do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (INTI), dentre outros. Ressaltamos que houve a participação de alguns organismos não-governamentais, todavia, não serão abordados nesse artigo como objeto de destaque.

É interessante observar aqui que a Argentina, se comparada ao Brasil, tem menor margem de manobra no que se refere ao financiamento das políticas públicas. As conseqüências disso para os quadros compromissados com a emancipação humana são conhecidas. Por exemplo, o Banco Mundial financia algumas políticas e *querem números* que comprovem a execução, ignorando, como não poderia deixar de ser, as especificidades da sociedade em questão. A eficácia limitada destas políticas é visível, nos relataram os funcionários do Estado argentino e, na verdade, não se trata de *ajuda*, como nos dá a entender o Banco Mundial, mas da velha e conhecida forma de dominação via *alívio* ou *administração* da pobreza em níveis *toleráveis*⁶.

Dos atores governamentais, o único a participar diretamente da construção da política com o MDS foi o MTEySS. A participação se deu por dois motivos: primeiro porque os beneficiários do plano eram os mesmos do programa *Jefes e Jefas de Hogar*

⁵ Políticas emancipatórias por meio de promoção do cooperativismo. “Construyamos un proceso económico en el país que tenga características inclusivas, que nos permita combatir la exclusión social e institucional. Es fundamental volver a recuperar una cultura perdida en gran parte en la Argentina a pesar de sus esfuerzos, que es la cultura del mutualismo y cooperativismo” (Discurso Kirchner, s/d). Um bom tema de pesquisa seria aquele que analisasse em que medida isto é apenas um discurso, uma vez que a classe dominante argentina parece ser beneficiária da mundialização do capital, ao do capital estrangeiro, principalmente o financeiro.

⁶ Chesnais se pronunciou sobre isso esses dias numa entrevista, onde retratava os mecanismos de dominação e de onde virá a força para a mudança social. Relatando o Relatório de Al Gore, dizia que o mesmo representa outra forma da concepção de dominação, um pouco menos fascista ou um pouco mais democrática, mas que não resolve os problemas estruturais do capitalismo, dentre eles, a relação norte-sul. Chesnais seguramente confia na força dos de baixo, e não nas pretensivas soluções apontadas pelo Banco Mundial e seus pares *mais democráticos*, tais como Al Gore. Se seguirmos este raciocínio, poderíamos dizer que a política cooperativista de Kirchner é uma não política ou uma política pública não interessada em resolver os problemas sociais na sua raiz, mas apenas apagar os incêndios dos conflitos sociais via programas de transferência de renda, e outras políticas pontuais.

do MTEySS e segundo porque o MTEySS tem articulação, por meio da sua rede federal de capacitação, e capacidade em prover qualificação e capacitação profissional. Entretanto, sua participação se restringe a isso, principalmente, porque o foco do ministério é uma política ortodoxa ao emprego formal. O entendimento, apesar de trabalhar com linhas de crédito às fábricas recuperadas, é de que a problemática da economia social é do MDS. Por isso, quem dá a real tônica à política de cooperativismo é o MDS, ou seja, a Secretaria de Políticas Sociais e Desenvolvimento Humano.

O governo ao instituir a Resolução nº 2038/2003 incentivando a conformação de cooperativas habitacionais e de prestação de serviços em geral, criou forçosamente demanda por cooperativas. Percebe-se nessa prática uma restauração do Estado keynesiano, ou mais que isso, uma ação criada pelo calor do momento e da necessidade de *inserir* desesperadamente milhões de pessoas *excluídas*. Ainda sobre os novos ventos keynesianos, é visível na Argentina a utilização do Estado pela classe dominante como instrumento que a auxilie no processo de acumulação de capital. Como uma espécie de recomposição do Estado keynesiano, os ventos que sopram na Argentina nos levam a crer que uma associação entre pequenas parcelas dos empresários argentinos que restaram e o capital estrangeiro, se utilizam do Estado para recompor suas taxas de acumulação de capital⁷.

Analisando a construção do plano “manos a la obra”, o discurso e as ações dos quatro organismos (dois ministérios e das duas instituições) nota-se as diferenças no entendimento em relação ao PGTR e na prioridade em relação ao cooperativismo. A começar pelo fato da política de promoção do cooperativismo, bem como da política de economia social, no governo Kirchner estar diretamente vinculada ao MDS e não ao MTEySS, ao contrário do que ocorre no Brasil, demonstra uma não opção por uma outra sociedade, baseada no trabalho com sentido social, prazeroso, reforçando ainda mais a nossa hipótese de *contenção social*. Ademais, o fato de a política estar alocada no MDS e de suas ações serem pontuais, desconexas e insuficientes em âmbito nacional, confere à política um forte caráter assistencial. Estigma essa que o ministério

⁷ O capital nacional e estrangeiro *produtivo* estão interpenetrados na Argentina. Cumpre pesquisar a relação e a interpenetração dos mesmos com o capital financeiro. Reconhecemos a necessidade de estudarmos este tema, mas gostaríamos de destacar que ele é pouco explicitado pelos pesquisadores argentinos. Algumas pistas sobre o tema podem ser vistas em Basualdo (2006).

pretende diminuir. Estas características nos dão a entender que são poucas as tentativas de ruptura da feudalização do Estado – característica genética do Estado capitalista, onde cada Ministério executa uma parte da ação, não planejando o todo.

Uma comparação com o Brasil se faz necessária, ainda que não se possa aprofundar a questão. Nas entrevistas que fizemos nos ministérios que promovem o cooperativismo, além da análise dos informes, textos, etc era visível que o cooperativismo deveria ter um papel de maior destaque, segundo os representantes destes ministérios. Apesar de Kirchner sempre discursar que a Economia Social é *estratégica* e é um dos pilares da nova Argentina, na verdade, os próprios órgãos promotores do cooperativismo reconheceram que a economia social não é o carro-chefe do governo. Até aqui o quadro descrito é muito parecido ao brasileiro. A diferença surge quando se verifica que o discurso da SENAES dá um tom mais crítico que o esboçado pelos congêneres argentinos.

No caso brasileiro, o cooperativismo se insere dentro de uma proposta de *desenvolvimento solidário*, talvez em função de uma visão *estratégica* da SENAES, uma vez que falar de socialismo já está um pouco em *desuso*. No entanto, o secretário Paul Singer ainda é um defensor do socialismo, ainda que seja um socialismo um *pouco estranho* (Novaes, 2006). Foi por isso que afirmamos que a SENAES é uma pedra proto-socialista num colar pró-capital, principalmente pró capital financeiro (Novaes e Lima Filho, 2006). Ainda que seja difícil de explicar, há um leve nuance que diferencia o Brasil da Argentina, que colocaria a SENAES um pouco mais à esquerda.

Outra característica que impacta na crescente filosofia de *contenção social* é o repasse de recursos em massa, baseado na crença de que os micros e pequenos empreendimentos produtivos não eram sustentáveis e emancipáveis por falta de acesso a crédito (Serafim, 2007a). Adicionado a isso, a falta de acompanhamento e de avaliação dos projetos, visão neutra da C&T, a baixa integração das ações, a dificuldade para entender os processos produtivos⁸, a falta de parcerias mais sólidas e de outra natureza com as universidades, municípios e agências de desenvolvimento local de tipo público-privado termina por caracterizar numa política frágil. Esses e outros

⁸ A dificuldade advém do fato de que a maioria dos gestores dos programas sociais não conhece com muitos detalhes o processo produtivo. Inclusive o fato de não ter conhecimento sobre o processo produtivo, dificulta o entendimento sobre a necessidade de uma outra base cognitiva-tecnológica para os empreendimentos autogestionários.

pontos foram levantados por Arroyo, secretário de políticas sociais e desenvolvimento humano no 2º Encontro do Fórum Federal de Pesquisadores e Docentes realizado pelo MDS em 2004. Todavia, apesar do avanço em alguns pontos, não diagnosticamos uma efetiva mudança na totalidade dos pontos apresentados.

O MDS conta com o INAES e INTI, como já foi mencionado, para executar o plano *manos a la obra* e a política de promoção do cooperativismo. Contudo ambos ressaltaram, inclusive o INAES (órgão especializado em cooperativismo), que só foram chamados a participar depois que o plano estava conformado, como veremos a seguir⁹.

4. INAES e INTI: dois organismos na tentativa de promover a política cooperativista

O órgão responsável por assessorar essa política *forçada* de criação de cooperativas é o INAES¹⁰. Este organismo é vinculado ao MDS e tem como objetivo¹¹ atender as cooperativas (seja de usuários ou de proprietários) e as *mutuais* (prestadoras de serviços), no intuito de assessorá-las (na criação de personalidade jurídica e na obtenção de financiamento), dando condições de serem *autônomas* e *competitivas*¹². Mais que isso, ele tem o propósito de formular políticas e ações a fim de fomentar a consolidação de uma Economia Social argentina, baseada na cooperação, na ajuda mútua e na promoção social.

Sobre as possibilidades de autonomia, o INAES reconheceu que caso o apoio financeiro, isenção seja retirado das cooperativas por eles criadas, imediatamente as

⁹ Para saber mais sobre a política para a promoção da Economia Social, ver Hintze (2006).

¹⁰ Este foi criado por meio do Decreto nº 721, de 01/09/2000, a fim de substituir o Instituto Nacional de Ação Cooperativa e Mutual (INACyM).

¹¹ Seus objetivos são: 1) regular o funcionamento das Associações Mutuais e as Cooperativas estabelecido nas leis nº 20.321 e 20.337; 2) fomentar o desenvolvimento, educação e promoção da ação cooperativa e mutual em todo o território; 3) reconhecer as associações mutuais e cooperativas como pessoas jurídicas; 4) exercer o controle público e a superintendência de associações mutuais e cooperativas, fiscalizando sua organização, funcionamento, solvência, qualidade e natureza das prestações de serviços e sua dissolução e liquidação; 5) apoiar, através da assistência técnica, econômica e financeira as entidades e oferecer a capacitação de diretivos e grupos sociais para o melhoramento da eficiência na administração e prestação de serviços, priorizando setores de menos favorecidos; 6) solicitar ante os órgãos públicos de qualquer jurisdição e ante as entidades representativas do mutualismo e do cooperativismo, a adoção de medidas e a formulação de programas e planos que sirvam aos objetivos do instituto; 7) elaborar políticas, objetivos e ações pertinentes ao desenvolvimento e consolidação das cooperativas e mutuais, bem como, a atualização da legislação aplicável com a participação dos setores envolvidos.

¹² Palavra usada pelo INAES.

cooperativas *cairiam*. Mais uma vez, assim como colocamos em outros artigos [Novaes e Lima Filho, 2006; Dagnino e Novaes, 2005] as propostas de Adequação Sócio-Técnica nas cooperativas demandariam um tempo muito maior do que o estipulado pelos órgãos de governo, em geral pensando que resolverão o problema da independência das cooperativas em 4 anos, isso para não falar nada sobre as possibilidades de independência das mesmas num contexto onde as grandes corporações transnacionais não viveriam sem o Estado.

Entretanto, apesar dos objetivos da instituição, o INAES vem prestando apenas assessoria burocrática às cooperativas populares (reconhecimento de personalidade jurídica às cooperativas e mutuais; controle e fiscalização do funcionamento, bem como, da dissolução e liquidação das cooperativas e mutuais; e orientar na obtenção de financiamentos), não participando ou formulando das políticas e ações que dizem respeito ao cooperativismo. Apesar do INAES incentivar outro modo de produzir, ele não discute sobre a necessidade de uma outra base cognitiva-tecnológica, mais apropriada à filosofia do cooperativismo e da autogestão, no almejo da política ser emancipatória e de deixar ser *para pobre*.

Passando ao quarto ator social, o INTI, ele foi responsável por configurar um “enfoque tecnológico” nas PGTRs. Nas palavras do presidente da instituição (em entrevista realizada no dia 03/03/07), “por 46 anos a política do INTI sempre foi ortodoxa, visando a política industrial e a melhor técnica. O instituto nunca havia cogitado a idéia de se ocupar do tema da inclusão social por meio da tecnologia”.

A partir de 2003, após longo diálogo com o MDS e MTEySS para explicar-lhes o quanto necessário era o “enfoque tecnológico” nas PGTRs, o tema de Economia Social foi incorporado na pauta do INTI. Com isso, o instituto passou a dar apoio tecnológico (orgware, hardware e software) às Fábricas Recuperadas e às Cooperativas, por meio dos projetos de extensão¹³. Observa-se nesse *diálogo*, uma oferta *forçada* por parte do

¹³ Sobre os planos software, orgware e hardware, ver Novaes (2005) e Dagnino (2007). É curioso reconhecer que o INTI está muito à frente do IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica) brasileiro, ao criar uma linha voltada para a *inclusão social*.

INTI e não uma demanda endógena por parte do MDS e do MTEySS. Evidenciando assim uma falta de planejamento e reflexão na construção da política pública¹⁴.

Essa oferta *forçada* por apoio tecnológico tem sua origem tanto na conscientização do presidente do INTI e da bagagem da sua equipe, quanto na demanda tímida, não organizada e pontual por parte das Fábricas Recuperadas e Cooperativas Populares. Indiretamente, essa demanda aliada a conjuntura sócio-econômica influenciou a criação da política pública de apoio tecnológico desenvolvido pelo INTI.

Apesar de algumas idéias irem de encontro a nossa percepção, beirando em muitos casos um evolucionismo tecnológico, é forçoso reconhecer que o simples fato dele buscar inserir o enfoque tecnológico numa pequena parcela das PGTR já é um avanço, no sentido de buscar uma política sólida e forte.

Nota-se que o enfoque tecnológico existente seja na política de promoção do cooperativismo ou de forma mais geral, na PGTR, é oriundo do INTI ou do INTA, no caso da agricultura familiar ou da pequena agricultura (Serafim, 2007a). De resto, qualquer enfoque ou demanda tecnológica que possa surgir é oriundo ou de ONGs ou de Universidades. Infelizmente, não é intrínseca ao desenho da política e ao entendimento dos formuladores de política.

5. A baixa interação entre Política Científica e Tecnológica e Política de Geração de Trabalho e Renda

A visão dos gestores públicos das PGTR sobre a necessidade de interação com a PCT é baixa ou nula. Na tentativa de entender a baixa ou nula interação entre as duas políticas na Argentina partimos de quatro suposições verificadas no Brasil, em outras pesquisas, ainda em andamento (Serafim, 2007a; Serafim, 2007b). A primeira é a de que a necessidade de interação entre PGTR e PCT nunca foi explicitada, ocasionando na não-tomada de decisão pelos *policy makers*. A segunda é a de que a necessidade foi explicitada, mas não houve nenhuma proposta de interação. A terceira suposição é a de que os *policy makers*, baseados na visão hegemônica da neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico, não entendem a necessidade

¹⁴ O papel da assessoria do INTI será aprofundado no artigo de Novaes, Serafim e Dagnino (2007). Em outro artigo, ainda não iniciado, tentaremos abordar a relação da Universidade com as Fábricas Recuperadas.

de haver uma interação entre as duas políticas. A quarta e última suposição vem ao encontro da terceira, mas tem um menor peso na determinação da PCT. Ela se refere ao fato de que países periféricos formulam sua PCT imitando as PCTs dos países centrais ou de capitalismo avançado.

O fato de adotarmos uma postura baseada na concepção neutra da ciência e no determinismo tecnológico cria-se uma PCT alienada e incompatível com a realidade dos países periféricos, neste caso a Argentina, e com isso, *incoerente* com a PGTR.

Como a interação entre PGTR e PCT é uma via de mão dupla, o não entendimento de que as duas políticas devem estar interagindo também ocorre pelos *policy makers* responsáveis pela formulação da política de trabalho, e assim, da política de promoção do cooperativismo. Aliás, a não-percepção por parte deles causa maior impacto na construção da PGTR, tendo em vista, a seriedade da *exclusão* social. A falta de um enfoque científico-tecnológico à questão do cooperativismo ou, em maior medida, à questão da geração de trabalho e renda dificulta a sustentabilidade dessa política. Sendo assim, a segunda hipótese sobre a nula interação ou baixa interação forçada entre as políticas é visível na filosofia da política pública para a promoção do cooperativismo na Argentina, assim como supomos ser no Brasil, tema da dissertação de mestrado de um dos autores.

5. Considerações Finais

A proposta deste artigo é explicitar qual a visão hegemônica que circunda a filosofia da política pública de cooperativismo no governo Kirchner e mostrar a baixa ou nula interação com a PCT. Ao analisarmos a construção dessa política, três fatores confirmaram nossas duas hipóteses sobre a visão que está por trás da política cooperativista.

O primeiro fator é a arbitrariedade na formulação da política. A não participação dos institutos parceiros da política (INAES e INTI) e assim a não participação de representantes das cooperativas e mutuais nos mostra a construção de uma política *top-down*. O segundo fator é o repasse em massa de recursos para a criação forçada de cooperativas, a fim de cumprir a resolução nº 2038/2003. E o último fator tem a ver

com a força da tecnologia convencional, introjetada na mente da esquerda. Para o nosso caso, se materializa na falta de entendimento pelo MDS e INAES sobre a necessidade de uma outra base cognitiva tecnológica para as cooperativas, o que redundava numa política pública pouco eficaz. A baixa interação entre a PCT e a política de cooperativismo confirma nossa segunda hipótese.

A união destes três fatores reitera a grande hipótese de que a promoção do cooperativismo está pautada na idéia de contenção social ao desemprego em massa, esta ocasionada pela conjuntura sócio-econômica. Ficamos com a impressão de que a visão hegemônica do governo, ao menos no campo do trabalho, é a da meta que tenta recompor a taxa de emprego *blanqueado* (trabalhadores com carteira assinada), a velha relação patrão empregado em empresas convencionais. Enquanto isso, o cooperativismo ficaria então à margem, como uma espécie de *colchão amortecedor exótico*, já que a crise exige que apostemos em tudo, diriam reservadamente as vozes hegemônicas que ditam a PGTR.

Como diz o ditado popular, ações são mais do que palavras. Apesar da retórica exaltada do governo sobre a geração de trabalho e renda através de uma nova economia, a economia social, as ações não nos mostraram a mesma intenção.

Referências Bibliográficas:

BASUALDO, E. **Estudios de historia económica argentina**. Buenos Aires: Siglo veintiuno editores, 2006.

BLANCO, A. F. “**La decadencia argentina, más pobreza y más desigualdad**” em Observatorio de la Economía Latinoamericana, Nº 37, 2005. Accesible a texto completo em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/oel37.htm>

HINTZE, S. **Políticas Sociales Argentina en el cambio: conjeturas sobre lo posible**. 1º ed. Buenos Aires: Espaço Editorial, 2006.

KATZ, C. **El curso neo-desarrollista**. 2007a. www.argenpress.info Retirado em 16/02/2007.

KATZ, C. **Las contradicciones del esquema actual**. 2007b. www.argenpress.info Retirado em 18/02/2007.

KATZ, C. **Como evaluar el modelo**. 2007c.

<http://www.argenpress.info/nota.asp?num=039489&Parte=3>. Retirado em 22/02/ 2007.

NOVAES, H.T. **Para além da apropriação dos meios de produção?** O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2005. Pode ser obtida em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375370>

NOVAES, H. T. **De tsunami a marola**: uma breve história das fábricas recuperadas latino-americanas. Campinas: Impresso, 2007.

NOVAES, H. T., LIMA FILHO, P. A. de. **A filosofia da política cooperativista na Venezuela de Hugo Chávez**: lições preliminares. 2006. Revista Espaço Acadêmico nº 64, Set/2006, ISSN 1519.6186, www.espaçoacademico.com.br

NOVAES, H. T.; SERAFIM, M.; DAGNINO, R. **Sobrevivendo à tempestade**: o papel do Instituto Nacional de Tecnologia Industrial (Argentina) na assessoria às Fábricas Recuperadas. Campinas, impresso, 2007.

SERAFIM, M. P. **Porque é difícil incorporar as demandas sociais na PCT?** Texto para discussão GAPI, maio/2007. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/gapi/>

SERAFIM, M. P. (2007a) **A falta do enfoque tecnológico nas políticas de geração de trabalho e renda do governo Kirchner: uma análise da política argentina**. Texto para discussão GAPI, maio/2007. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/gapi/>

SVAMPA, M., PEREYRA, S. **Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras**. 1º ed. Buenos Aires: Biblos, 2003.

Bibliografia consultada

CACCIAMALI, M. C. **As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul**. São Paulo: Revista Estudos Avançados, set./dez. 2005, vol.19, no.55, p.85-104.

CRUZ, A. Políticas Públicas para a Economia Solidária: fronteira entre política social e política para o desenvolvimento local. **Revista Sociedade em Debate**, nº 33. Pelotas: Educat, 2006. pp. 117-139.

REBÓN, J. **Conciencia obrera y desempleo**: el caso de las empresas recuperadas. Buenos Aires, Realidad Económica n. 205, p. 79-98. Instituto Argentino para el Desarrollo Económico, julio de 2004.

RUGGERI, A. et al. **Las empresas recuperadas en la Argentina**: Desafíos políticos y socioeconómicos de la autogestión. 2004
www.anter.org.ar/archivos/Informe_Facultad_Abierta2.pdf Retirado em out/2006.